

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU OU “DIOCESE DA CLANDESTINIDADE”

RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Matheus da Silva Sampaio

RESUMO

O texto analisa a interação entre religião e política na Baixada Fluminense durante o período ditatorial. Inicialmente, são explorados os contextos político e social da região antes e depois do golpe de 1964. Em seguida, destaca-se o papel da Diocese de Nova Iguaçu sob o bispado de Dom Adriano Hypólito, que se posicionou de forma crítica em relação ao regime ditatorial. São discutidos também o folheto litúrgico *A Folha* e outras formas de resistência desenvolvidas pela Diocese ao longo dos anos, assim como as respostas violentas por parte das forças militares.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura civil-militar; Diocese de Nova Iguaçu; resistência à ditadura; Dom Adriano Hypólito.

ABSTRACT

The text analyzes the interaction between religion and politics in Baixada Fluminense during the dictatorial period. Initially, the political and social contexts of the region before and after the 1964 coup are explored. Then, the role of the Diocese of Nova Iguaçu under the bishopric of Dom Adriano Hypólito, who took a critical stance in relation to the dictatorial regime, is highlighted. The liturgical pamphlet *A Folha* and other forms of resistance developed by the Diocese over the years are also discussed, as well as the violent responses by the military forces.

KEYWORDS: civil-military dictatorship; Diocese of Nova Iguaçu; resistance to the dictatorship; Dom Adriano Hypólito.

A BAIXADA FLUMINENSE ANTES DO GOLPE DE 1964

A Diocese de Nova Iguaçu (DNI) foi criada em 1960 pela *Bula Quandoquidem Verbis* do Papa João XXIII. E foi desmembrada dos territórios das dioceses de Barra do Piraí-Volta Redonda e Petrópolis. Em 1969 sua jurisdição compreendia os municípios de Nova Iguaçu, Mangaratiba, Itaguaí, Paracambi, Nilópolis, São João de Meriti, e Distrito de Conrado, em Miguel Pereira (Diocese..., 1969). Atualmente, a Diocese de Nova Iguaçu é constituída dos municípios de Belford Roxo, Japeri, Mesquita, Queimados, Nova Iguaçu, Mangaratiba, Itaguaí, Paracambi, Nilópolis, São

João de Meriti, e Distrito de Conrado.

A configuração da Diocese de Nova Iguaçu durante o período que este trabalho irá abordar, entre os anos 1960 e 1980, se aproxima bastante de como está constituída a Baixada Fluminense nos dias atuais, composta por Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica (Silva 2015, p.1). Portanto, é possível considerar que tratar da Diocese de Nova Iguaçu nos anos ditatoriais possui uma proximidade espacial com a definição atual da Baixada. Feita essa aproximação, apesar da distância cronológica, é importante introduzir brevemente as características da região, a fim de que contribua para uma melhor compreensão das suas condições socioespaciais.

A Baixada Fluminense é a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e ficou caracterizada na imprensa pelas consequências da desigualdade social brasileira. Os problemas sociais, habitacionais, educacionais e de segurança pública somados às péssimas condições de serviços públicos são problemas comuns à região nos dias atuais, mas que já existiam em meados do século XX.

Durante a década de 1950, a cidade de Nova Iguaçu sofreu algumas mudanças econômicas e sociais importantes para compreendermos essa associação à violência e a outros problemas urbanos. A cidade adquiriu destaque nas décadas anteriores devido a sua grande participação no cultivo e exportação da laranja. No entanto, a citricultura iguaçuana entrou em declínio, em virtude da crise que assolou os países consumidores da Europa após a Segunda Guerra Mundial e devido a uma praga, conhecida como “mosca do mediterrâneo”, que atingiu as plantações. Assim, a saída encontrada pelos donos das terras foi o loteamento, de forma que se apresentava como uma solução financeiramente viável.

O loteamento de terras e a crescente industrialização da região sudeste, atraíram migrantes de outras regiões do país, sobretudo nordestinos. O estado do Rio de Janeiro não tinha uma estrutura adequada para suportar o contingente populacional que estava se formando. A cidade do Rio de Janeiro atraiu muitos desses migrantes, mas a região metropolitana se tornou o destino de grande parte deles, pois entre outros fatores, era mais acessível financeiramente. Logo, trabalhavam na capital, mas moravam na Baixada Fluminense, fazendo com que essas cidades periféricas funcionassem como “cidades dormitórios” (Silva, 2015).

De acordo com Percival Tavares da Silva (1993):

A expansão dos serviços urbanos tem ficado muito aquém do

inchamento da cidade. Em 1980, apenas 37,7% da população do município dispõe de água encanada e apenas 30,3% de esgotos; a água de esgotos, despejada em canais abertos e em rios, compromete seriamente a ecologia local e a da Baía da Guanabara, contribuindo para as péssimas condições sanitárias da Baixada Fluminense (Silva, 1993, p. 27).

Ao comentar sobre a cidade de Nova Iguaçu, o autor demonstra a deficiente estrutura dos serviços urbanos frente ao crescimento populacional na região da Baixada. A falta de saneamento básico não era o único problema encontrado na região, a “iluminação e asfaltamento da rua não acompanharam o crescimento da população” (Gomes, 2017, p. 32). Além disso, a Baixada foi caracterizada como um espaço violento, conforme a autora Ana Lúcia Enne demonstra, a ponto da região ficar conhecida como “nordeste sem seca” (Enne, 2004). Em seu texto, a pesquisadora busca mostrar como a Baixada Fluminense foi associada à “violência” e ao “desmando público” entre as décadas de 1960 e 1990. E como as manchetes dos jornais ignoravam as matérias que abordavam manifestações culturais e outras que ocorriam no local.

O primeiro caso de violência que a autora aponta no seu trabalho é decorrente das migrações dos anos 1950. Trabalhadores da indústria e camponeses recém-chegados de outras regiões, principalmente da região Nordeste do país, encontraram resistência dos moradores locais, sendo tratados como o “pessoal de fora”. Somado a isto, tiveram conflitos com “proprietários” e “grileiros” pela posse das terras que ocuparam e se autoproclamaram “posseiros” (Enne, 2004).

Os anos 1950 inauguram, diante desse contexto conturbado e de inúmeros problemas sociais, essa visão enquanto espaço de violência. Inclusive, é nessa década que surge uma prática memorialística de autores nativos que enaltecem o passado da região em detrimento do presente, marcado pela explosão demográfica com a chegada dos “de fora” (Enne, 2004).

A imagem de violência que foi associada à região durante os anos 1950 se consolidou durante a década seguinte. Apesar de haver menções à Festa da Laranja e a centros afro nos jornais que circulavam, a violência foi o que ganhou destaque. Esse contexto de conflitos de terra associados à presença do “coronelismo urbano” viu surgir um personagem emblemático, Tenório Cavalcante.

Tenório Cavalcante foi um personagem histórico marcante, com sua trajetória de vida política dinâmica desde o Estado Novo (1937-1945). Advindo de Alagoas para

Duque de Caxias, nesse período Distrito de Nova Iguaçu, em 1936 foi eleito vereador pela União Progressista Fluminense (UPF). Ele se envolveu em diferentes conflitos, como afirma Mário Grynszpan:

Durante o Estado Novo, Tenório envolveu-se em sérios conflitos com o coronel Agenor Barcelos Feio, secretário de Segurança do interventor fluminense Ernani do Amaral Peixoto. Foi deste período que Feio e Amaral se constituíram em seus mais notórios inimigos, sendo constantemente acusados de mandantes dos diversos atentados por ele sofridos. Com a queda do Estado Novo, Tenório elegeu-se, em 1947, para a Assembléia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Ainda por este partido, conseguiu conquistar cadeiras na Câmara Federal nos pleitos de 1950, 1954 e 1958, chegando mesmo, nos dois últimos, a ser o deputado federal mais votado do Estado, com 42.060 e 46.029 sufrágios, respectivamente (Grynszpan, 1990).

Assim, é notável que a participação de Tenório Cavalcante no cenário político nacional e regional tem origem anterior à década de 1960. Sua participação política remonta aos anos do Estado Novo de Vargas, onde ele atuava como vereador pelo Distrito de Duque de Caxias, e adquiriu inimigos que ameaçaram sua vida algumas vezes.

A BAIXADA FLUMINENSE APÓS O GOLPE

A realidade de violência e desigualdade social ganharia contornos mais intensos após do golpe civil-militar brasileiro de 1964. O golpe ocorreu diante de um contexto mais amplo, que envolveu inúmeros países do globo, a Guerra Fria. O conflito deflagrou uma intensa campanha anticomunista nos diversos países ocidentais capitalistas, principalmente na América Latina, região amplamente cercada pela atenção dos Estados Unidos. Portanto, a perseguição aos comunistas no Brasil está inserida no conflito.

É importante frisar que o anticomunismo se consolidou no Brasil desde a década de 1930 (Motta, 2021, p. 22). Durante a primeira metade do século XX, o anticomunismo funcionou como pretexto para a implantação da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, já que havia temor por parte de conservadores, devido a uma intensa propaganda exagerada sobre o comunismo (Motta, 2021, p. 22). Imagem

deturpada essa que novamente seria utilizada para o golpe de 1964.

A partir do início da ditadura, houve significativos episódios de violências dos militares contra a sociedade brasileira. Os principais perseguidos pelas forças militares foram os comunistas, socialistas, nacionalistas e os trabalhistas. Rodrigo Patto Sá Motta (2021) explica que:

Nos primeiros dias após a derrubada de Goulart, forças policiais e militares prenderam milhares de pessoas país afora, pertencentes a diferentes estratos sociais. Não existem dados precisos sobre o número de presos, porque as autoridades locais agiram de maneira independente do poder federal, que de início não coordenou as operações repressivas. Estimativas mais bem informadas sugerem um número próximo de 30 mil pessoas detidas, mas há quem acredite terem sido mais. Os lugares de detenção foram delegacias, penitenciárias e quartéis. No entanto, devido ao enorme contingente de presos, outros locais foram transformados em prisão temporária, como o estádio de futebol Caio Martins, em Niterói (RJ), e alguns navios, notadamente no Rio de Janeiro e em Santos. A ditadura utilizou também ilhas como prisões políticas, sobretudo Fernando de Noronha (PE) e Ilha Grande (RJ) (Motta, 2021, p. 177).

Assim, é possível compreendermos um pouco da dimensão a que chegou a violência perpetrada pelos militares já nos primeiros momentos pós-golpe de 1964. Inúmeras pessoas de diferentes setores da sociedade foram presas, não só as lideranças políticas. E não foi muito diferente em regiões da periferia, como a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, conhecida como Baixada Fluminense.

A Baixada tinha uma tradição de lutas populares por melhores condições de vida, uma vez que sofria por diferentes efeitos da desigualdade social, como a falta de saneamento básico. Desde a década de 1940, moradores locais se organizavam em movimentos de bairro para pressionar as autoridades públicas. Essas lideranças foram perseguidas e seus movimentos diluídos, como demonstra abaixo Percival Tavares da Silva (1993).

O golpe militar, cassando e prendendo lideranças, acaba anulando esse Movimento e esfacelando a luta no campo. A repressão às lideranças impede a coordenação entre os bairros, reduz o movimento a iniciativas isoladas. As associações e comissões, que sobrevivem, buscam atingir suas reivindicações isoladamente, e têm pouca receptividade da parte do Governo. A repressão e o desmembramento das forças oposicionistas locais tornam impossível qualquer tentativa de organização popular fora da Igreja (Silva, 1993, p. 28-29) .

Portanto, os movimentos de moradores existentes no momento do golpe foram reprimidos violentamente pelos militares, com o objetivo enfraquecer qualquer tipo de resistência que poderia ter o novo governo. O sociólogo José Cláudio Souza Alves, em entrevista a Giulia Escuri, afirma ainda que:

Na Baixada havia um interesse muito grande da ditadura em controlar as ruas, pelo risco de que houvesse movimentações de grupos clandestinos de esquerda dentro do território. Por exemplo, Nova Iguaçu era a oitava cidade mais populosa do Brasil. Por outro lado, tomando os demais municípios, Duque de Caxias era muito populoso. Além disso, era uma das áreas urbanas mais importantes do país, por causa da refinaria de petróleo e gás. Dessa forma, a ditadura queria ter um controle muito intenso e muito detalhado dessa realidade da Baixada. Inicialmente lançaram mão do Decreto-Lei número 200, que foi editado pelo presidente Castelo Branco, que permitia que as Câmaras de Vereadores exonerassem os prefeitos, a partir da acusação de corrupção, de fraudes, coisas desse tipo. Isso ocorreu muito na Baixada, em Nova Iguaçu, em São João do Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias, que foi considerada área de segurança nacional. Os militares que passaram a indicar os prefeitos de Duque de Caxias, por exemplo (Escuri, 2019).

Logo, é possível perceber uma presença significativa da esquerda na região metropolitana do Rio de Janeiro que, aos olhos dos ditadores, representava uma ameaça a seus interesses. Além disso, eles almejavam controlar a refinaria de petróleo e gás da região, chegando a interferir na política local, permitindo que prefeitos fossem cassados sem grandes dificuldades.

A cidade de Nova Iguaçu teve quinze prefeitos entre os anos de 1964 e 1975, portanto, em apenas onze anos. As alterações se concentram nos anos iniciais da ditadura, sendo que nove deles se revezaram desde o ano do golpe, 1964, até o ano de 1969 (Batista, 2016, p. 133-134). Percival Tavares explica ainda que os anos seguintes apresentam outros problemas na situação da Baixada:

A cidade continua a inchar em ritmo acelerado, gerando novas tensões sociais. Os salários reais da maioria dos trabalhadores sofrem um declínio até aproximadamente 1976, e os serviços municipais não acompanham o crescimento populacional. Politicamente, a situação também está difícil. Além do aparato repressivo e da tentativa de enquadrar Nova Iguaçu como área de segurança nacional, o Esquadrão da Morte já é bastante ativo na Baixada (Silva 1993, p. 29).

Então, a cidade de Nova Iguaçu pode ser vista como um referencial dos problemas a que a região estava submetida nesse período. Não só os problemas advindos dos movimentos migratórios, como o aumento da repressão militar, os esforços dos militares em tornar a cidade área de segurança nacional e a violência exercida pelos grupos de extermínio conhecidos como Esquadrão da Morte¹.

A DIOCESE DE NOVA IGUAÇU: RESISTÊNCIA AO AUTORITARISMO

Em 1960 foi criada a Diocese de Nova Iguaçu, que teve como seus dois primeiros bispos Dom Walmor Battú Wichrowski e Dom Honorato Piazero. Em 1966, Dom Adriano Hypólito² foi nomeado bispo da Diocese de Nova Iguaçu pelo Papa Paulo VI, recebendo congratulações e pêsames ao mesmo tempo, como ele próprio afirmava, pois a reputação de “nordeste sem seca” que a região adquiriu ao longo dos anos que antecederam sua nomeação era do conhecimento de muitos.

Dom Adriano havia participado do Concílio Vaticano II (1962-1965) como bispo auxiliar de Salvador (BA). Assim, contribuiu e absorveu muito das propostas discutidas nesse evento religioso de grande expressão. O Concílio foi convocado pelo então papa João XXIII em 1959. Duas características são centrais para pensar esse evento: o *aggiornamento* e o diálogo (Beozzo; Lorscheider, 1992, p. 15).

Aggiornamento significa rejuvenescimento, atualização, renovação da Igreja, de acordo com Lorscheider. Essa característica não significa uma submissão da Igreja aos valores do mundo, mas a necessidade da instituição em se atentar às demandas que se apresentam a sociedade na realidade em questão. O termo representa a atenção em “escutar, ir ao encontro, abrir-se às justas exigências do mundo” (Beozzo; Lorscheider, 1992, p. 16).

A segunda característica, o diálogo, representa a necessidade da Igreja em seguir o exemplo que seu Deus teria feito, dar o primeiro passo em direção ao humano. Portanto, o autor demonstra que os cristãos devem “tomar a iniciativa em nosso diálogo com os homens e não esperar que eles venham e nos chame para o

¹ Esses grupos eram constituídos por policiais civis e militares, bombeiros e agentes públicos da área de segurança. Eram financiados por empresários e comerciantes que buscavam segurança para seus negócios. Os próprios militares davam apoio para o funcionamento desses grupos. O principal objetivo desses grupos era eliminar “bandidos”. Ver mais em Escuri (2019).

² Nascido em Sergipe, em 1918, sua educação básica foi feita como franciscano na Província de Santo Antônio, em Recife. Foi ordenado em 1942 e se tornou bispo em 1962, nomeado por João XXIII. Participou do Concílio Vaticano II como Bispo Auxiliar de Salvador e se tornou bispo da Diocese de Nova Iguaçu em 1966.

diálogo. Devemos testemunhar o Cristo no mundo, entrando em diálogo com toda a humanidade” (Beozzo; Lorscheider, 1992, p. 23). O diálogo deveria ser com as diferentes religiões, com os ateus e com outras vertentes do cristianismo, como podemos observar abaixo.

O Vaticano II procurou dar passos para superar a secular ruptura entre o Oriente e o Ocidente cristãos, consumada em 1.054, convidando as Igrejas Ortodoxas e as antigas Igrejas Orientais a participarem do Concílio, enviando observadores. [...] Buscou igualmente superar a divisão oriunda da reforma protestante de 1517, criando o Secretariado para a União dos Cristãos e convidando também observadores das igrejas protestantes. Assinalou, desse modo, a tardia entrada oficial da Igreja Católica na grande corrente do movimento ecumênico contemporâneo (Beozzo, 2001, p. 23-24).

Nesse sentido, é possível compreender que o Concílio pretendia aprimorar a comunicação da Igreja Católica não só com outras religiões e ateus, mas com outros cristãos, isto é, com a sociedade em geral. É possível acrescentar a perspectiva do teólogo Francisco Orofino³, que cita como características desse evento a *descolonização*, a *desclericalização* e a *descentralização*.

O Vaticano II significa o fim, ou ao menos, isso vai levar cinquenta anos, decreta o fim do catolicismo de matriz europeia. Ou seja, antes os europeus faziam todo um movimento missionário, que pra você ser católico tem que ser europeu, inclusive no nome. Então, isso foi o fim da colonização. A Igreja, a partir do Concílio Vaticano II, ela se desgruda do projeto colonizador europeu (Sampaio, 2022, p. 37).

No excerto acima, se encontra o aspecto da descolonização que representa o Concílio Vaticano II na visão de Francisco Orofino. O evento representaria um divisor de águas para a Igreja, agora se distanciando do projeto colonizador europeu. Adiante, o teólogo disserta sobre os outros dois aspectos do Concílio:

A segunda coisa é que o Vaticano II, ele tem o eixo chamado de desclericalização. O que significa isso? Significa que o Vaticano II começa a investir no protagonismo do laicato. E o terceiro grande eixo do Vaticano II é o da descentralização. O que é a descentralização?

³ É doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Trabalha com a Leitura Popular da Bíblia em comunidades na Baixada Fluminense. É assessor nacional do Centro de Estudos Bíblicos (Cebi) tendo várias publicações voltadas para a formação de lideranças leigas nas Comunidades Eclesiais de Base.

A descentralização é pedir que a Igreja Católica tenha o rosto do país em que ela está. Se antes tinha que ter um rosto europeu, a partir do Vaticano II se pede que ela tenha o rosto do país em que ela está. A Igreja Católica no Brasil tem que ter o rosto brasileiro, a Igreja Católica no México tem que ter o rosto mexicano, a Igreja Católica na Argentina tem que ter um rosto argentino. E quem deu partida a esse processo foi justamente a América Latina (Sampaio, 2022, p. 37).

Assim, a desclericalização se encontra na maior participação que é atribuída aos leigos diante das atividades católicas. Por sua vez, a descentralização se dá quando a Igreja se preocupa mais em parecer com a identidade local, da região e realidade em que está inserida, do que parecer com a identidade europeia. No entanto, não se pode assumir que há uma independência da Igreja local em relação ao Vaticano, apenas evidencia uma notável autonomia da Igreja em sua jurisdição.

É importante entender essas cinco características porque podemos encontrar cada uma delas na atuação da Diocese de Nova Iguaçu a partir da chegada do terceiro bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito. O exemplo de *aggiornamento* pode ser encontrado nas práticas diocesanas em relação a outra característica, a desclericalização.

O bispo franciscano não concentrava em si todas as decisões realizadas na Diocese. Um exemplo da desclericalização pode ser visto no surgimento de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), um grupo constituído por 15 a 25 pessoas em média, que se reunia semanalmente para discutir a Bíblia e sua relação com as questões contemporâneas, de acordo com Scott Mainwaring (1989, p. 127). Maria dos Anjos participou da fundação da CEB de Moquetá, na cidade de Nova Iguaçu, onde atuavam “através da realidade, da demanda, da necessidade real das pessoas” (Mainwaring, 1989, p. 127).

Por mais que as CEBs estivessem muito atreladas à instituição católica brasileira, os leigos se destacavam em suas atividades, sendo um importante exemplo da desclericalização mencionada. Os leigos também atuaram assiduamente nos Clubes de Mães e na Pastoral Operária (PO) considerada a prioridade da Diocese no período. A Pastoral Operária teve início após o pedido de fiéis e funcionava a partir de encontros entre operários, donas de casas, entre outros, na busca por reunir as lutas de diversos grupos necessitados da população local, rompendo com o individualismo da sociedade capitalista⁴.

⁴ Por este trabalho priorizar discutir o folheto litúrgico, não abordaremos com mais detalhes outras atividades de resistência da Diocese de Nova Iguaçu. Para saber mais, ver: Sampaio (2022, p. 50).

A criação do Centro de Formação de Líderes (Cenfor)⁵, espaço este destinado a formar lideranças para o trabalho pastoral diocesano, está ligada a lutas contra os arbítrios da ditadura e contra os problemas sociais existentes na Baixada.

Aliás, o Cenfor é um exemplo claro do *aggiornamento* e do diálogo também, como podemos compreender a seguir.

Como esforço eclesial o Centro quer contribuir para o ‘aggiornamento’, o diálogo da Igreja com o mundo secularizado, decisão religiosa, autonomia e madureza dos leigos, engajamento dos cristãos de boa vontade, reestruturação de organismos/serviços eclesiais, presença da Igreja nas realidades temporais, influência construtiva e respeitosa sobre a opinião pública. Sempre no espírito do Evangelho (Diocese..., 1973, p. 1).

A importância do Centro de Formação de Líderes é ímpar, como foi descrito anteriormente e será comentado posteriormente. Era, provavelmente, “único em seu gênero na Baixada Fluminense” (Diocese..., 1973, p. 1) nesse período, representando um fato novo, uma renovação e ainda funcionando como um diálogo com o mundo.

A descolonização pode ser relacionada aos impactos que a Diocese de Nova Iguaçu recebeu da II Confederação Geral do Episcopado Latino-Americano (Celam), de Medellín, em 1968. Esse evento religioso é de suma importância para se pensar a atuação da pastoral diocesana de Nova Iguaçu. Isso porque nesse encontro foi discutido entre os variados bispos latino-americanos como aplicar as decisões do Concílio Vaticano II para a realidade latino-americana, uma realidade com profundos problemas de desigualdade social.

[...] o subdesenvolvimento latino-americano, com características próprias nos diversos países, é uma injusta situação promotora de tensões que conspiram contra a paz.

Ao falar de uma situação de injustiça fazemos referência àquelas realidades que exprimem uma situação de pecado; isto não significa de conhecer que, por vezes, a miséria em nossos países pode ter causas naturais difíceis de superar (Documento..., 2017, p. 9).

⁵ É um espaço de formação da Diocese, responsável pelas realizações de diversas reuniões pastorais e formações de líderes desde o bispado de Dom Adriano. Inaugurado entre os dias 21 e 22 de julho de 1973, hoje é chamado de Centro de Formação, apenas. É a atual localização da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu e do Arquivo Diocesano.

Ao discutir o subdesenvolvimento, esse trecho do documento referente às conclusões do Celam de Medellín trata dos problemas específicos do continente latino-americano. Por sua vez, a Diocese de Nova Iguaçu, sob o desafio de aplicar as decisões do Vaticano II e de Medellín, elaborou diferentes frentes para o combate às desigualdades que assolavam a região⁶. O próprio Movimento das Associações de Moradores de Nova Iguaçu (MAB) é um exemplo de atividade da pastoral diocesana de Nova Iguaçu, que não possuía de todo um ineditismo. Isso se lembrarmos o histórico de mobilização popular que já havia na região antes mesmo da criação da Diocese, como foi mencionado anteriormente. Assim, é exemplificada a descentralização que caracteriza o Concílio Vaticano II, com a Igreja assumindo o “rosto” de uma identidade de luta por direitos que fazia parte da Baixada Fluminense.

O FOLHETO LITÚRGICO E A CONSCIENTIZAÇÃO

Anteriormente, o Centro de Formação de líderes foi mencionado como um exemplo da característica do diálogo quando tratamos do Concílio Vaticano II. Entretanto, o melhor exemplo da prática desse aspecto pela Diocese foi o folheto litúrgico chamado de *A Folha*. Ele foi um dos três órgãos de comunicação criado sob o bispado de Dom Adriano Hypólito para dialogar com os membros do corpo eclesial e com os demais fiéis da região.

O primeiro órgão de comunicação criado foi o *Boletim Diocesano* (1969-1992), normalmente, publicado mensalmente, mas algumas edições foram feitas a cada dois ou três meses. As publicações continham avisos internos do cotidiano da Diocese, óbitos, aniversariantes do mês, eventos e circulares do bispo diocesano.

O *Informativo* (1977-1984) foi o terceiro órgão de comunicação da Diocese a ser criado e possuía características diferentes dos outros dois. Poderia ter mais de dez páginas com conteúdo, como: editoriais, notícias, cartas de leitores, matérias publicadas em jornais, trechos de entrevistas, artigos com temas como educação, Pastoral Operária, ações sociais, entre outros⁷. Outra característica do Informativo é referente ao uso de charges para discutir assuntos relevantes para o órgão, como a questão política na ditadura civil-militar.

O órgão de comunicação a ser explorado neste trabalho é o folheto litúrgico

⁶ Podemos citar como exemplos os Clubes de Mães, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Pastoral Operária, a Pastoral da Terra e o MAB. Ver mais em: Sampaio (2022. p. 48).

⁷ Coleção do Informativo. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4365>. Acesso em: 5 jun. 2025.

A Folha (1972-1993)⁸. Publicado semanalmente, sua estrutura mudou um pouco ao longo dos anos, mas em geral, possuía quatro páginas, com as páginas internas destinadas a orações, cânticos e leituras que compunham a liturgia da missa naquele dia em específico. A página inicial e a última eram destinadas a serem preenchidas com um artigo escrito pelo bispo Dom Adriano e com uma entrevista feita pelo editorial a ele mesmo. Nessas entrevistas, ele respondia a assuntos diversos de teor político, econômico, social e religioso, a nível regional, nacional ou internacional.

A Folha foi criada para a função de dialogar com os fiéis, discutindo questões variadas sobre a realidade daquelas pessoas que viviam na Baixada Fluminense. O diálogo faz parte de um processo de conscientização que englobava as outras atividades da Diocese já mencionadas anteriormente. Portanto, nada mais justo que iniciarmos a discussão sobre o folheto a partir do que significa esse processo de conscientização.

Primeiramente, é necessário destacar que não se pode entender esse processo como uma ação da Diocese de Nova Iguaçu para conscientizar a população, como se ela não tivesse capacidade de refletir e agir sobre a realidade na qual está inserida. Como já foi dito anteriormente, a região possuía um histórico de lutas por melhores condições de vida antes mesmo do surgimento da Diocese e da chegada do bispo. Vejamos abaixo um exemplo que contribui para essa compreensão.

Ele falou que a gente tava vivendo um momento de muita dificuldade, que o povo tava sofrendo muito e ainda ia sofrer muito mais, porque estava vivendo um regime ditatorial e que não prestava para o povo e isso ia trazer sérias consequências. Terminou a falação dele, ele disse assim: gente, eu posso contar com vocês? Eu pensava comigo 'contar com vocês pra que?' Aí eu comecei a perceber que ele sofria alguma coisa aqui. Aí eu comecei a pensar que deve ser por causa do editorial da Folha. Embora ele escrevia seus textos e agia na Diocese, mas ele deixava que o povo aprendesse por conta própria. Ele nunca falava (Sampaio, 2022, p. 67)⁹.

José Abranches foi uma das pessoas que estiveram próximas ao bispo diocesano nas décadas de arbítrio ditatorial. Nesse fragmento observamos que a Diocese comentava com os fiéis sobre o período conturbado que estavam vivenciando, e algumas vezes, sem entrar em detalhes. É possível identificar também que o entrevistado entende que os problemas que rondavam o bispo e a Diocese como

⁸ Ao analisar o folheto, este trabalho não fará uma distinção clara dos limites entre o que é político ou religioso. Por entender que os agentes históricos do período não faziam uma diferenciação clara. Por isso, aqui, o mais importante é tratar o tema do ponto de vista desses agentes históricos.

⁹ José Abranches migrou de Minas Gerais para o Rio de Janeiro em 1970, atuando em atividades da Diocese de Nova Iguaçu e como militante de esquerda. Ver mais em: Sampaio (2022, p. 67).

consequência dos escritos de contestação do religioso no folheto litúrgico. Além de destacar que o bispo não interferia na autonomia do aprendizado, da reflexão sobre a realidade que os fiéis faziam.

Percival Tavares da Silva é outro nome que concorda sobre o processo de conscientização na Diocese. Ele o entende ocorrendo da seguinte maneira:

Conscientização tem a palavra consciência e ação. É um termo próprio cunhado por nós e pelo Paulo Freire e que não existe esse termo em outra língua, pelo menos não tenho conhecimento. Parece que é próprio daqui da nossa realidade. Eu traduziria como práxis. Ação e reflexão se... eu diria que uma dá força para outra. A sua ação, refletida, pensada é potencializada por uma reflexão sobre a própria ação. Esse é o processo. E quando você, por mais simples que seja, descobre o fio da meada, não tem nem como reverter a situação. Quando você descobre que é senhor da própria história e que tem que lutar pela própria história e que nada vai vir pronto, quando você descobre que o mundo não era assim ele foi feito assim pelo próprio homem e não por Deus – Deus deixou o homem para construir o mundo – quando você descobre, diz ‘opa’... é complicado (Sampaio, 2022, p. 69)¹⁰.

De acordo com as palavras de Silva, o processo envolvia uma relação indissociável entre reflexão e ação. A reflexão potencializa a ação daqueles que descobriam a importância de lutar pela transformação da própria realidade. É um entendimento de que tudo que conhecem nem sempre foi assim, portanto, pode ser alterado.

De fato, a conscientização foi uma preocupação na pastoral diocesana de Nova Iguaçu nesses anos sob a administração de Dom Adriano. O mês de setembro de 1979 teve a conscientização como tema a ser debatido no fim de cada edição do folheto litúrgico. Em uma das edições, o bispo faz uma clara distinção entre a pastoral desempenhada pela Diocese de Nova Iguaçu e outras ao afirmar a existência de pastorais que “justificam plenamente a frase tremenda de Marx: ‘A religião é o ópio do Povo’”. Há tipos de pastorais que são alienantes. Que fazem o jogo do poder” (Diocese..., 1979b, p. 4). Essa forte afirmação de Dom Adriano demonstra sua preocupação em expor a necessidade de lidar com os problemas políticos, econômicos e sociais que se apresentam. A pastoral que não se ocupa de fazer esse enfrentamento, estaria servindo como alienação na visão do religioso.

¹⁰ Percival Tavares da Silva é formado em Filosofia e Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Migrou de São Paulo para o Rio de Janeiro em 1984 e passou a atuar com o padre Agostinho Pretto na Pastoral Operária, na Diocese de Nova Iguaçu. Enquanto pesquisador, se debruçou no passado da Diocese desde sua dissertação de mestrado sobre o MAB. Ver mais em: Sampaio (2022, p. 69).

O trecho a seguir, da edição de 2 de setembro de 1979, expõe mais do entendimento do terceiro bispo diocesano acerca da conscientização. Dom Adriano é perguntado a respeito do motivo de lamentar e enxergar um vazio nas datas festivas relacionadas ao patriotismo.

A causa mais grave talvez seja a ausência do Povo, como elemento constitutivo da nacionalidade e como propulsor da nossa história. Veja a nossa historiografia. Temos a impressão de que tudo foi feito por alguns grandes homens, por alguns heróis, por alguns chefes militares, enfim, pelas elites do poder. Sem Povo. Tenho pra mim que um autêntico patriotismo só será comunicado à juventude, quando tanto a história como o processo social de nosso tempo aceitarem o Povo como elemento essencial e atuante na vida nacional. O sujeito da história que estamos escrevendo na vida de cada dia não são as elites em primeiro lugar, mas o Povo. E somente quando as elites se integrarem no Povo e do Povo tirarem sua substância política, social e cultural é que o Patriotismo se tornará um elemento formador das novas gerações (Diocese..., 1979a, p. 4).

As palavras do bispo possuem uma crítica profunda no que diz respeito ao patriotismo defendido no período ditatorial. Ele chama a atenção para o vazio formado nestas festividades pela ausência da participação popular. Não é uma participação no que se refere a estar no evento simplesmente, é uma participação ativa enquanto sujeito da sua história. E isso vai ao encontro do que já foi dito por Percival Tavares anteriormente.

Além disso, Dom Adriano destaca a importância dos mais pobres ao mencionar “Povo” na citação anterior. A opção preferencial pelos pobres é uma característica essencial na atuação da Pastoral diocesana e no pensamento do bispo. Na edição de 7 de março de 1976, ele discute o posicionamento histórico da Igreja ao lado das elites em detrimento dos mais pobres.

Nós agora estamos vendo isto mais claro, porque a Igreja está se voltando para os mais pobres e dando direito igual. Os ricos ficam furiosos como se isto fosse rebeldia ou como se vissem invadida uma propriedade que tinham como sua particular. Mas com o Evangelho na mão os pobres descobriram seu título e seu direito (Diocese..., 1976, p. 1).

Dessa forma, a opção preferencial pelos mais pobres ganha contornos maiores nesse período. A Diocese de Nova Iguaçu é uma das instituições católicas que se

posiciona a favor dos mais pobres, contra as violências que os afligem. É interessante notar que, nesse fragmento, o bispo menciona o descontentamento dos mais ricos com essa mudança de posicionamento da Igreja, ou ao menos determinados setores dela.

O posicionamento da DNI foi ainda mais necessário no contexto de crise que se configurou durante a década de 1970. Isso porque em 1973 houve a Crise do Petróleo, que impactou a economia mundial, inclusive o Brasil. A ditadura realizou medidas econômicas que ampliaram a desigualdade entre ricos e pobres. Por exemplo, visando conter a inflação, a ditadura brasileira obedeceu a instituições internacionais reduzindo o dinheiro em circulação, comprimindo salários e crédito a empresas, o que provocou uma recessão industrial, quebra de empresas e desemprego. Portanto, o posicionamento a favor dos mais pobres e a denúncia dos problemas da desigualdade social pelo folheto litúrgico respondem a esse cenário de crise, comentado por Motta (2021, p. 225).

DOM ADRIANO HYPÓLITO E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Não é difícil identificar uma relação do bispo diocesano com a Teologia da Libertação. Aqui, trataremos essa relação a partir da noção de que o trabalho pastoral da Diocese de Nova Iguaçu foi uma das experiências que influenciou no surgimento desta teologia, como abaixo argumenta o teólogo Francisco Orofino¹¹.

Essa geração não foi influenciada pela Teologia da Libertação. Essa geração de bispos permitiu o surgimento da Teologia da Libertação, porque a guinada pastoral precede a reflexão teológica. Então, se Medellín é de 1968, a teologia da libertação começa a surgir a partir de 1975/76. O livro Jesus Cristo Libertador de Leonardo Boff é de 1973/74, mas no livro você percebe que o Leonardo Boff ainda traz a Teologia europeia. O Jesus Cristo Libertador é um livro de guinada, metade dele é teologia europeia, a outra metade é que começa a teologia latino-americana (Sampaio, 2022, p. 81).

Portanto, para ele, a geração existente durante o Celam de Medellín não teria sido influenciada pela Teologia da Libertação, de modo que Orofino defende que a atuação dessa geração é que foi responsável pelo surgimento desta teologia.

¹¹ Formado em Teologia e Filosofia, é doutor em Teologia Bíblica, sendo especialista em Educação Popular e Bíblia, com que trabalha até hoje no Centro de Estudos Bíblicos (Cebic).

Ademais, segundo o teólogo, a obra de Leonardo Boff ainda carregava uma teologia europeia. E, devemos lembrar, a Teologia da Libertação é uma expressão teológica latino-americana.

A Teologia é uma reflexão feita a partir da prática, é posterior a experiência construída nas atuações das dioceses pela América Latina, incluindo a Diocese de Nova Iguaçu de Dom Adriano Hypólito. Mesmo a obra de Gustavo Gutiérrez, trabalho publicado em 1969, ainda não permite determinar o surgimento da Teologia da Libertação na visão de Orofino.

Ela começa, a reflexão, digamos assim, a expressão Teologia da Libertação de Gustavo Gutierrez é final dos anos 60 tudo bem. Mas quando surge o pensamento sistemático, através da articulação, através de teólogos latino-americanos, isso daí é anos 70. Então o Leonardo Boff sozinho não faria nada, o Gustavo Gutierrez sozinho também não faria nada (Sampaio, 2022, p. 81).

Francisco Orofino demonstra que o surgimento da Teologia da Libertação não se faz apenas com uma obra publicada, sendo resultado da articulação entre outros teólogos do continente latino-americano. E essa articulação só foi construída ao longo dos anos 1970 e 1980, inspirada na prática da geração de bispos do período. A interpretação do teólogo é perceptível diante da forma que a pastoral diocesana iguaçuana estava tomando desde o fim dos anos 1960. Dom Adriano chegou à Diocese em 1966, logo após o Concílio Vaticano II e, antes do Celam de Medellín, criou o *Boletim Diocesano* em 1969, no início dos anos 1970 criou *A Folha* e apoiou, através da Diocese, o MAB. Então, a opção preferencial pelos mais pobres e o processo de conscientização já tiveram início antes do surgimento da Teologia da Libertação passar por essa sistematização, como afirma Orofino.

Percival Tavares da Silva concorda como Orofino sobre a importância da pastoral diocesana de Nova Iguaçu no surgimento da Teologia da Libertação, como podemos observar abaixo.

Assino embaixo! O que eu vou dizer? O que vem primeiro, o ovo ou a galinha? Veja, a teoria é fruto da realidade. Teoria na nuvem não existe. Aquilo é idealista, divagação. Onde é que Gutierrez vai se basear para a construção da sua teologia, da teologia da libertação, primeira expressão? Na prática! Nos documentos acumulados, na experiência bíblica, na realidade latino-americana. Não tem como. O cara vai tirar de onde? Ele vai vendo das expressões que vão acontecendo a partir do vaticano II, não só...Antes do Vaticano II, na expressão da realidade.

Tanto assim que o João XXIII, que foi escolhido como Papa (Sampaio, 2022, p. 81).

Nesse sentido, Percival reforça a existência de experiências pastorais anteriores ao trabalho de Gustavo Gutierrez e que tenham influenciado na construção de sua teologia. Para ele, a experiência anterior ao Vaticano II, o próprio Concílio e a realidade latino-americana estão inseridos num contexto mais amplo de contribuições para os escritos de Gutierrez e para o surgimento da Teologia da Libertação.

Importante destacar que Dom Adriano não foi o único bispo que teve uma atuação importante a favor dos mais pobres nesse período. Outros nomes se destacaram na luta contra a desigualdade social e a violência que imperava na região. Podemos citar Dom Waldyr Calheiros, bispo da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda (1966), Dom Vital João Geraldo Wilderink, da Diocese de Itaguaí (1978), Dom Mauro Morelli, da Diocese de Duque de Caxias (1981) e Dom Elias, bispo de Valença (1990).

Os bispos chegaram a suas dioceses em períodos diferentes, mas teriam feito parte do grupo conhecido de maneira informal como “Leste Zero”, com a participação de Dom Adriano Hypólito, enquanto bispo da Diocese de Nova Iguaçu. O nome “era uma ironia, já que estes bispos eram marginalizados nas reuniões oficiais do oficial Leste 1” (Sampaio, 2022, p. 72), como afirma Orofino. O teólogo comenta melhor abaixo.

Acontece que o Vaticano, por isso ele tem dois mil anos, ele busca equilibrar. Como Dom Eugênio era muito numa linha, o Vaticano cercou a província dele com bispos numa outra linha. Então, Itaguaí com Dom Vital, Duque de Caxias com Dom Mauro Morelli -até hoje ninguém entende porque o Vaticano pegou o bispo mais progressista, Dom Paulo Evaristo Arns, e colocou nas barbas de Dom Eugênio. E Dom Eugênio teve que engolir – depois vem o Dom Waldyr, Dom Adriano. Aí depois surge de Valença, Dom Elias.

Ora, esses bispos perceberam que não tinha diálogo nenhum com esse arcebispo, que deveria ser o coordenador da província. Eles, então, se uniram e criaram o famoso Leste Zero, que eram as práticas pastorais dentro do Vaticano II, Medellín e Puebla, que articulava as dioceses de Itaguaí, Volta Redonda, Valença, Nova Iguaçu e Duque de Caxias (Sampaio, 2022, p. 72-73).

Assim, Francisco Orofino descreve com detalhes como estava organizada a administração religiosa do estado do Rio de Janeiro. O arcebispo, Dom Eugênio

Sales, possuía um posicionamento conservador, enquanto os bispos das Dioceses eram adeptos da linha pastoral desenvolvida dentro do Vaticano II e nos Celams de Medellín e Puebla. Essa diferença fez com que os bispos dessas dioceses se articulassem para discutir as demandas dos locais a que estavam responsáveis, já que eles estavam marginalizados das reuniões.

Sobre o grande projeto do Leste Zero, Orofino comenta:

E o grande projeto deste Leste Zero eram projetos formativos. O Seminário Paulo VI, embora fosse Nova Iguaçu, ele era o seminário do Leste Zero. Ele criava o clero dentro de uma linha dentro da teologia da libertação. Ele criava o clero das dioceses de Itaguaí, Volta Redonda, Nova Iguaçu, Valença e Duque de Caxias. Por isso uma das grandes metas de quando Dom Adriano saiu, a primeira coisa foi ‘acabar’ com o Paulo VI. Era um projeto que tava deixando... não só Dom Eugênio, como o Vaticano... tanto que teve uma intervenção no seminário Paulo VI (Sampaio, 2022, p. 78).

É possível compreender que o Leste Zero se dedicou a construir uma estrutura de formação para o clero da região. Cada diocese possuía uma característica dentro dessa articulação. A Diocese de Nova Iguaçu possuía uma “melhor infraestrutura” em relação as demais dioceses que compunham o grupo, de acordo com Francisco Orofino. O Cenfor foi de grande importância para essa formação, local onde ocorreram inúmeras reuniões entre essas dioceses (Sampaio, 2022, p. 76).

É central, portanto, a importância da Diocese de Nova Iguaçu para a atuação dessas dioceses. E essa posição da Diocese foi possível devido a presença de Dom Adriano na sua jurisdição. O bispo possuía relações com instituições alemães, que apoiavam financeiramente as atividades pastorais. A centralidade da Diocese e atuação do bispo chamaram a atenção dos militares e demais opositores para além dos obstáculos causados por Dom Eugênio Sales, como veremos a seguir.

OPOSIÇÃO E REPRESSÃO DITATORIAL

A expressão “diocese da clandestinidade” faz referência à visão do governo ditatorial sobre a Diocese de Nova Iguaçu, que ameaçava direta e indiretamente a realidade desigual e violenta agravada na região metropolitana por ele. O bispo diocesano tecia críticas precisas à ditadura, que inaugurou um período de violência ímpar na história do Brasil e intensificou aspectos de violência já existentes. Os

órgãos de comunicação da Diocese, como *A Folha*, foram instrumentos utilizados para denunciar essas violências, como é possível observar abaixo.

O Estado moderno, apesar de todo o liberalismo, apesar de toda a democracia, tem assumido elementos dos regimes totalitários de esquerda ou direita, tem procurado fortificar sobretudo o poder executivo. Daí muitas vezes a incompreensão para a missão profética da Igreja. Da tentativa de enquadrar a Igreja no regime ou no sistema político. Daí as acusações de subversão lançadas contra os cristãos, clérigos ou leigos (Diocese..., 1974, p. 4).

O trecho é importante para exemplificar a crítica de Dom Adriano à fortificação do poder político. Ele não menciona claramente a ditadura, porém o contexto é ditatorial e a crítica menciona o poder executivo, assemelhando-o aos regimes totalitários. Além disso, ele explica que, na incompreensão da missão da Igreja, o Estado enquadra a Igreja e aos fiéis como subversivos erroneamente.

Dom Adriano exerce a crítica acima a regimes políticos totalitários da esquerda ou da direita, sem distinção. No entanto, o momento da crítica se dá no contexto ditatorial brasileiro, construído para beneficiar setores privilegiados da sociedade brasileira e hostil à esquerda. Ele prossegue com seu posicionamento dizendo:

Porque sou cristão e católico, eu devo respeitar ao máximo todas as leis do meu país e me comportar como cidadão brasileiro. No caso de uma lei injusta, eu me colocaria não contra o meu país mas contra a lei injusta, eu me colocaria não a favor do Estado do Vaticano mas a favor do evangelho (Diocese..., 1974, p. 4).

O excerto mostra como o bispo diocesano não hesitaria em questionar qualquer lei que considerasse injusta no país, mas que isso não o torna alguém que seja contra o Estado. Mais adiante, ele menciona as áreas em que a Igreja costuma ter atritos com o Estado: na educação, justiça social, sindicalização etc. (Diocese..., 1974).

Se por um lado a Diocese elaborou diversos trabalhos pastorais para conter e combater os problemas da região no período, a ditadura respondeu a esse posicionamento da Igreja com episódios autoritários, inclusive com violência física. Em 1976, o bispo foi sequestrado, espancado e pintado de vermelho. Em seguida, os sequestradores levaram seu fusca e o explodiram em frente da sede da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O jornal *O Movimento* mencionou o nome do tenente-coronel José Ribamar

Zamith, do Exército, como envolvido no sequestro. Apesar disso, ninguém foi identificado ou condenado oficialmente pelo crime (Hypólito, 1981, p. 53). Dom Adriano relaciona seu sequestro a outros casos ocorridos no período de forma semelhante, além de associar o crime à “direita radical e da linha dura” (Hypólito, 1981, p. 67).

As ofensivas contra o terceiro bispo da diocese iguaçuana continuaram a ocorrer, como ligações telefônicas com a frase “o bispo não aprendeu a lição e por isso receberá um castigo ainda mais violento que o da primeira vez” (Diocese..., 2018, p. 9). Ou as paredes pichadas das igrejas de Santo Antônio da Prata, Catedral e Santa Rita, com injúrias contra o bispo. Ainda em 1979, a quatro dias do Natal, uma bomba foi colocada no altar, destruindo o sacrário da Catedral de Santo Antônio de Jacutinga, em Nova Iguaçu. Uma carta dos criminosos foi encontrada, onde acusavam Dom Adriano de “proteger comunistas” (Diocese..., 2018, p. 9).

No dia 23 de dezembro, todas as paróquias da Diocese permaneceram fechadas em protesto contra o atentado. O dia 30 do mesmo mês foi marcado por uma procissão em desagravo ao ocorrido, onde cerca de 10 mil pessoas caminharam pelas ruas. Autoridades civis e religiosas estavam presentes na procissão, inclusive representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) (Diocese..., 1974).

Os militares estavam envolvidos em outros episódios de intervenção no trabalho pastoral da Diocese de Nova Iguaçu. A exemplo disso, no ano de 1977 houve a falsificação da edição de 29 de maio do órgão *A Folha*, que foi distribuída às igrejas da Baixada, do Rio de Janeiro e do Brasil¹². Houve também perseguição a Dom Adriano em eventos no interior e fora da Diocese, inclusive com uso de helicóptero, quando o bispo participou de um evento no Centro de Formação de Arrozal, para o clero de Volta Redonda em 1978. Além disso, em abril desse mesmo ano, ele recebeu ameaças de um novo sequestro e de castigo exemplar (Hypólito, 1981, p. 68).

CONSIDERAÇÕES

Diante do que foi exposto, é perceptível que a Diocese de Nova Iguaçu atuou de forma ímpar contra os arbítrios ditatoriais. O folheto litúrgico exemplifica bem essa

¹² A falsificação apresentava uma entrevista do bispo de Diamantina, Dom Proença Sigaud, acusando de comunistas os bispos Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino, das Prelazias de São Félix do Araguaia e da Diocese de Goiás Velho, respectivamente.

postura de resistência, apesar de não ser o único órgão de comunicação, nem o único modo de resistência. Dom Adriano formou uma rede de articulação, promovendo um diálogo com outras dioceses e com leigos da região. As ações do bispo e da Diocese estavam em consonância com os temas debatidos tanto no Concílio Vaticano II, quanto no Celam de Medellín. A Diocese Iguaçuana assumiu o “rosto” dos moradores da Baixada que enfrentavam a desigualdade social e a violência ditatorial. A Diocese de Nova Iguaçu aglutinou diversos grupos da sociedade, surgindo aos olhos dos militares como a “diocese da clandestinidade”, como bem descreve Kenneth Serbin. As ameaças, violências e os outros sinais de hostilidade dos militares contra o bispo diocesano e a própria Diocese evidenciam isso.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Alofs. Onze prefeitos em onze anos: das vitórias do MDB à hegemonia arenista. In: SALES Jean; FORTES, Alexandre (org.). *A Baixada Fluminense e a ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local*. Curitiba: Prismas, 2016. p. 129-167.

BEOZZO, José Oscar. *Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia (1962-1965)*. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2001.

BEOZZO, José Oscar; LORSCHIEDER, Aloísio. *500 Anos de Evangelização da América Latina*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. *Boletim Diocesano*, Nova Iguaçu, n.1, p. 1, 1 jan. 1969.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. O centro de Formação de Líderes. *Boletim Diocesano*, Nova Iguaçu, n. 55-56, p. 1, jul./ago. 1973.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Ministério da palavra: é possível ser bom católico e bom brasileiro? *A Folha*, Nova Iguaçu, p. 4, 22 set. 1974.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. A limpeza de terreno. *A Folha*, Nova Iguaçu, p. 1, 7 mar. 1976.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Ministério da Palavra: patriotismo e amor da pátria. *A Folha*, Nova Iguaçu, p. 4, 2 set. 1979a.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Ministério da Palavra: a importância da conscientização para a Pastoral. *A Folha*. Nova Iguaçu, p. 4, 23 set. 1979b.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. *Centenário Dom Adriano Hypólito*: profeta da Baixada. Nova Iguaçu: Diocese de Nova Iguaçu, 2018.

DOCUMENTO DE MEDELLIN. Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II. Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano de 1968. *Anec*, Brasília, 27 ago. 2017. Disponível em: <https://anec.org.br/biblioteca/documento-de-medellin/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ENNE, Ana Lucia S. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. *Ciberlegenda*, Niterói, n. 14, p. 1-26, 2004.

ESCURI, Giulia. 'Nós vivemos sob o efeito das estruturas que a ditadura criou e que nunca foram modificadas'. Entrevista: José Cláudio Alves. *Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio*, Rio de Janeiro, abr. 2019. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/nos-vivemos-sob-o-efeito-das-estruturas-que-a-ditadura-criou-e-que-nunca-foram>. Acesso em: 20 jun. 2025.

GOMES, Alexander. *Religião-Política*: construção da memória de Dom Adriano Hypólito. Curitiba: Appris, 2017.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 73-90, out. 1990.

HYPÓLITO, Dom Adriano. Dom Adriano exclusivo: "Meu sequestro ainda é um mistério". *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, ano 75, n.1, p.53-73, jan./fev. 1981.

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. Tradução Heloísa Braz de Oliveira Pietro. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes*: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SAMPAIO, Matheus da Silva. *Memórias, política e religião na Diocese de Nova Iguaçu: resistências à ditadura civil-militar brasileira*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ, 2022.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Lúcia. A invenção da Baixada Fluminense: UUIO da FUNDREM (1975/89) e a representação de uma região. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 16., 2015, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: ANPUR, 2015.

SILVA, Percival Tavares da. *Origem e trajetória do Movimento Amigos do Bairro de Nova Iguaçu (MAB 1974-1992)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – FGV/lesae, Rio de Janeiro, RJ, 1993.

SOBRE O AUTOR

Matheus da Silva Sampaio

Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Filosofia Moderna e Contemporânea pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro (FSB-RJ). Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2017).